

# CLIMA DE FUTURO PARA O BRASIL: POR UMA REFORMA UNIVERSITÁRIA

*“há sempre um mundo, apesar de já começado, há sempre um mundo pra gente fazer” (Emicida)*

Passados 200 anos da fundação dos primeiros cursos superiores brasileiros, e dos 100 anos da Reforma de Córdoba ocorrida em 1918 na Argentina, que foi um marco crucial na história acadêmica e social. Fruto do movimento estudantil, a Reforma Universitária de Córdoba desencadeou uma transformação profunda no sistema universitário, buscando democratizar o acesso ao ensino superior e promover uma educação mais inclusiva e participativa. As demandas dos estudantes refletem anseios por autonomia universitária, liberdade de cátedra e envolvimento mais ativo na gestão acadêmica. A influência dessa reforma extrapolou fronteiras, inspirando movimentos similares em outros países latino-americanos. Esta conquista permanece como um símbolo de mobilização estudantil e de um compromisso duradouro com a construção de uma educação superior mais justa e emancipatória.

Na década de 1960 a UNE se debruçou sob os primeiros passos de uma reforma estrutural no Brasil, existia um consenso do Movimento Estudantil sobre a preocupação com a falha da instituição universitária sobre sua missão cultural, profissional e social. Diante disso, a UNE fez sua primeira caravana, a “UNE Volante” que percorreu todo o Brasil apresentando a universidade que os estudantes brasileiros queriam. Mas essa não foi a única vez, ao longo dos últimos anos foram várias caravanas com muitos debates e proposições sobre a universidade no Brasil. Em muitos casos conquistamos vitórias que mudaram a cara da universidade, como a ampliação do acesso do povo brasileiro às instituições.

É chegada a hora das universidades brasileiras repensarem uma reestruturação do universo acadêmico. Nós, estudantes que vivemos as virtudes e problemas do cotidiano acadêmico, defendemos que a universidade esteja necessariamente associada à construção de um projeto de nação, a serviço do povo, e não apenas como um espaço de formação dos meios de produção com o objetivo de preparar mão-de-obra em série para entender as demandas do mercado. Esse modelo deve

ser superado. Mais do que um espaço de formação profissional, a universidade é uma instituição fundamental para a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento. As contradições político-ideológicas do nosso tempo, legitimam a necessidade de uma luta que fundamente uma efetiva reforma universitária que dialogue com os desafios da nossa sociedade.

## **1 - O PAPEL DA UNIVERSIDADE**

A crise econômica, política e social vivida pelo Brasil nos últimos anos, colocou a universidade brasileira em um cenário complexo, com baixos orçamentos, perseguição e descredibilização dos conhecimentos produzidos. Em um período de reconstrução da democracia, existe a necessidade das instituições se posicionarem em um espaço estratégico que dispute a consciência da sociedade. Neste cenário, a universidade tem responsabilidade não apenas com a educação superior, mas também com o ensino básico, visto que é nela que se formam os professores e se busca soluções para os problemas da escola brasileira. A universidade também é peça chave na garantia da soberania e autonomia científica-tecnológica do país, pois é sua função produzir o conhecimento necessário para superar a dependência tecnológica, descobrir novos procedimentos e medicamentos para a cura e prevenção de doenças e formular o conhecimento para promover reformas sociais, a erradicação da fome e da pobreza. A universidade tem um papel central no processo de reconstrução do Brasil.

## **2 - ACESSO**

Na primeira década do século XXI, junto a toda a América Latina, o Brasil construiu uma contínua agenda progressista, com o início da democratização do acesso à universidade pelas classes populares, esse processo pode ser observado a partir das implementações do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (REUNI), do Novo Enem, do Sistema de Seleção Unificado (SISU), da Lei de Cotas, do ProUni, do Fies, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Mesmo com as limitações de algumas dessas implementações, nos últimos dez anos, verificou-se um aumento de 75% em matrículas nas universidades, mas também houve um declínio nos processos de ingresso, como é o caso do ENEM que teve uma redução brusca no número de inscrições. É importante ressaltar que o setor privado mais que dobrou o número de vagas, refletindo na concentração de 79% do número de matrículas universitárias no país, sendo mais de 50% no Ensino à Distância, Segundo censo divulgado pelo INEP em 2024.

Além disso, queremos pensar no futuro. Temos certeza da importância do ENEM, mas é hora de pensar e debater outras formas de ingresso que não excluam jovens e estudantes já marginalizados pelas barreiras sociais, a exemplo do vestibular seriado e outras medidas que nos levem ao acesso universal ao ensino superior. A luta contínua da UNE no último período pela ininterrupta e aprimoramento da Lei de Cotas fez com que, a partir de agora se incluísse a população indígena e quilombola, além da implementação das cotas na pós-graduação e a preferência dos alunos cotistas nas bolsas de assistência estudantil. Essa política que mudou a cara da universidade brasileira, permitiu que estudantes de escola pública, negras e negros, indígenas e povos tradicionais ocupassem as cadeiras do ensino superior, no entanto, temos uma grande luta a travar, é urgente a implementação das cotas trans nas universidades.

No setor privado, lidamos com diversas problemáticas no que se trata ao ensino. É notório o crescimento do investimento do capital estrangeiro no ensino privado, visando apenas o valor comercial e se importando pouco com a qualidade da formação acadêmica. Além disso, a atual política de aumento abusivo das mensalidades anualmente e da cobrança de taxas para se fazer qualquer coisa dentro da universidade, afasta cada vez mais a juventude do ensino superior. O ProUni e o Fies são programas importantes para garantir o acesso ao ensino superior, mas é necessário que estes retomem seu caráter social, para que os estudantes não saiam endividados e que tenham um ensino de qualidade.

Por fim, independente das políticas que ampliam o acesso à universidade no Brasil, surge a necessidade da retomada da bandeira do fim do vestibular e o livre acesso ao ensino superior. A constituição federal de 1988 prevê que educação pública é um direito de todos os brasileiros, na Argentina e em Cuba, já existe o acesso universal ao ensino superior, demonstrando que é possível.

- **Volta do caráter social do ProUni;**
- **A implementação de ações afirmativas para populações vulneráveis, como pessoas trans, imigrantes, refugiados;**
- **Ampliação das universidades públicas, bem como suas vagas;**
- **A volta do FIES que cubra 100% da mensalidade para todos os estudantes do FIES em todos os cursos.**
- **Pelo fim do vestibular e por um acesso universal à educação;**

### **3 - PERMANÊNCIA**

Na última década o número de estudantes na educação superior aumentou em aproximadamente 43%, fomos de quase 6 milhões em 2009 para 8,6 milhões em 2019. Todo esse crescimento só foi possível graças à luta dos estudantes brasileiros pela ampliação das políticas de acesso ao ensino superior. Nas universidades federais, segundo pesquisa realizada pela Andifes em 2018, 70,2% dos estudantes de graduação das universidades federais têm renda per capita abaixo de um salário mínimo e meio. Além disso, 51,2% dos estudantes da graduação são negros. Quanto à origem escolar, 64,7% dos estudantes cursaram o Ensino Médio integralmente ou na maior parte do tempo em escolas públicas.

Entretanto, entre os índices atuais, não há o que comemorar. Em 2021, a evasão nas universidades privadas bateu a marca de 36%. Junto a isso, a assistência estudantil que existe tornou-se insuficiente nas instituições públicas e quase inexistente para os estudantes das universidades privadas, mesmo com a alta demanda por conta do crescente desemprego, agravado pela pandemia, Bolsonaro decidiu cortar recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2022.

Em 2024 demos um grande passo ao aprovar o PNAES como lei no Congresso Nacional. Necessitando agora regulamentação do Projeto de Lei, para cumprir com seu objetivo é atender a todos estudantes universitários, que necessitam da política.

Por isso, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, como Lei Federal, garantira que as políticas de assistência e permanência estudantil sejam asseguradas do ensino básico à pós-graduação e blindá-las de ataques de eventuais governos que queiram extingui-las com uma simples canetada.

Entendemos que a realidade da universidade mudou, e que é preciso aprofundar o debate de que universidade queremos, e também apontar novos caminhos metodológicos e estratégicos para a permanência. É fundamental que uma reforma universitária compreenda o elemento da permanência para além do debate das políticas de bolsas e auxílios, mas como um elemento transversal que está relacionado em todos os âmbitos da vivência do estudante, desde a necessidade de criação de redes de apoio e acolhimento psicossocial.

A política de permanência estudantil não é uma política simples de ser executada, por isso é fundamental que a implementação de qualquer política de permanência nas universidades se dê através de redes de acompanhamento, capazes de garantir que o recurso seja empregado para seus devidos fins.

Tendo em vista a importância das universidades estaduais e municipais na interiorização do ensino e para o desenvolvimento socioeconômico regional, é alarmante a necessidade de defender maior investimento e a implementação do PNAEST, para garantir que estudantes da rede de Universidades estaduais e municipais tenham mais acesso a políticas de assistência estudantil. É também fundamental que a política de permanência estudantil indígena e quilombola seja garantida através de instrumentos de lei, a Bolsa Permanência não pode se caracterizar apenas em portaria.

O avanço da democratização do acesso ao ensino superior, impulsionado por programas como o PROUNI e o FIES, possibilitou que uma parcela significativa da classe trabalhadora ingressasse em faculdades e universidades privadas. No entanto, pouco progresso foi feito em relação à permanência desses estudantes bolsistas. Assim, torna-se imprescindível a criação de auxílios estudantis específicos para esses alunos, especialmente aqueles beneficiados por programas como o FIES, que têm critérios socioeconômicos.

Além disso, dentro das políticas de assistência estudantil, é vital pensar no fortalecimento e construção de restaurantes universitários em todos os campi, que garantam para além da permanência, cumpra o papel de combate à fome no Brasil, e ampliação de moradias estudantis e creches universitárias estão na ordem do dia para aprofundar o direito de permanência dos e das estudantes nas universidades de todo país. Para além das bolsas e auxílios que devem ser oferecidos, também precisamos pensar em políticas públicas no nível dos municípios que podem contribuir com esse combate à evasão, como por exemplo o Passe Livre.

- **Construção de creches nas universidades;**
- **Criação de bolsas de auxílio acadêmico que comporte a doação ou empréstimos dos materiais necessários nos cursos em que os instrumentos de estudo tenham valor elevado, como medicina e odontologia;**
- **Criação, em todas as universidades, de Pró-Reitorias de Assistência estudantil, assegurando uma instância responsável por essas políticas e garantia de 15% do orçamento discricionário da universidade para o setor;**
- **Criação de Casas dos Estudantes.**
- **Criação de comissões de acompanhamento e participação estudantil da implementação das políticas de assistência nas universidades.**
- **Restaurante Universitário em toda universidade pública brasileira, e em todos os campi, e que nas universidades privadas, a existência de restaurantes universitários contem como critério de avaliação, nas que possuem mais de 5 mil estudantes, com atenção especial aos bolsistas do PROUNI – e que esta medida não encareça o valor das mensalidades;**
- **Garantia de licença-maternidade para estudantes bolsistas.**
- **Ampliação do orçamento e a efetivação do PNAEST;**
- **Pela derrubada do Decreto 997/1993! Por mais construção de creches nas Universidades;**
- **Bolsa Cotista Automática para os(as) cotistas ingressantes dos próximos semestres como Política permanente da universidade. Sendo atrelado ao processo de matrícula e seguindo os critérios socioeconômicos.**
- **Criação de auxílio maternidade para mães universitárias;**
- **Passe livre irrestrito;**

#### **4 - CURRÍCULO**

Queremos apontar um caminho para que a universidade volte a um de seus objetivos principais, que por meio de seu tripé (ensino, pesquisa e extensão), também viabilizado por políticas de permanência, garanta o desenvolvimento e a soberania nacional e solucione os problemas do povo brasileiro. Para isso, é necessária a reformulação do currículo-base eurocentrado que não abarca perspectivas regionalizadas e interseccionais do conhecimento que dialogue com a realidade dos corpos negros, de mulheres, LGBTQs, indígenas, quilombolas, do campo e das periferias que hoje, graças as políticas afirmativas de acesso, ocupam as salas de aula das universidades de todo o Brasil. Neste sentido, é importante voltar ao estudo técnico da campanha em defesa das cotas realizado pela a UNE em 2022, que aponta a necessidade de “mudança curricular dos percursos formativos, metodologias e programas, a fim de valorizar a ciência e os temas sul global, a diversidade que forma a sociedade brasileira e as múltiplas formas de saber e fazer científicos existentes nos territórios; a revisão dos Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs), Projeto Pedagógico Institucional (PPIs) e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), flexibilização e modernização curricular”.

Afinal, as realidades nas salas de aulas entram em contradição com os currículos, que não se atualizaram para absorver novas contribuições que circulam na produção acadêmica contemporânea. **É urgente o desenvolvimento de uma ação robusta de debate e atualização dos currículos na universidade brasileira.** Principalmente porque, o modelo educacional brasileiro se baseia na segmentação dos conteúdos e na preparação para a série seguinte. No ensino superior, as grades curriculares em sua maioria são construídas para que exista uma assimilação crescente de habilidades para apenas o exercício da profissão.

O atual modelo educacional inviabiliza a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, experiências como as dos Bacharelados Interdisciplinares (BIs) são boas iniciativas. Defendemos o fomento à interdisciplinaridade e diversificação de conteúdos que combatam as opressões e desigualdades como questões cruciais a serem levantadas nos projetos políticos pedagógicos de cada curso superior. Para a produção do conhecimento que valoriza uma formação técnica-científica e humanista, não se deve abordá-los de forma departamentalizada.

Acresce que nas instituições existe uma grande e poderosa produção acadêmica, entretanto é realizada a despeito do Estado, muita das vezes com financiamento de ONGs estrangeiras. As agências de fomento precisam ser fortalecidas em termos institucionais, de estrutura e orçamento e devem oferecer fomento a pesquisas que tratem de assuntos relacionados a novas epistemologias, bem como a temas de pesquisa que historicamente ficaram marginalizados. A reforma universitária que queremos, precisa ter no currículo a capacidade de transformação que a nossa sociedade precisa.

- **Efetivação da intertransdisciplinaridade**
- **Estimular e formular programas de intercâmbio em âmbito regional, nacional e internacional entre universidades, promovendo mobilidade estudantil e cooperação entre acadêmicos e pesquisadores de outras vivências;**
- **Por outro modelo de avaliação da instituição crítico e participativo, no qual os estudantes possam avaliar os professores em cada disciplina;**
- **Ampliação dos Bacharelados Interdisciplinares.**
- **Pela revogação da Resolução n.2 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019: Por outros parâmetros e diretrizes para a formação docente!**
- **Pelo estabelecimento de uma porcentagem obrigatória para o uso bibliográfico de autores negros e mulheres nas graduações das Universidades;**

## **5 - AUTONOMIA E DEMOCRACIA**

A universidade que queremos necessita de plena autonomia para definir o seu projeto didático-pedagógico e liberdade de gestão sobre os seus recursos financeiros e gestão de pessoas. Defendemos a autonomia de gestão financeira, a partir do orçamento global advindo do Estado, garantindo a manutenção do sistema público de educação e combatendo as fundações privadas das quais as universidades hoje são tão dependentes. Queremos propor também o debate da execução de um orçamento participativo nas universidades, a partir das demandas apresentadas pela comunidade acadêmica.

Nas universidades pagas, a autonomia universitária é exercida através da independência da instituição em face das mantenedoras, tendo portanto a exclusão de estrangeiras no sistema. Neste sentido, o exercício pleno da autonomia, tanto nas



instituições públicas como nas pagas, também está ligado aos objetivos da universidade que deve, através de estruturas democráticas amplas, definir seus rumos em permanente diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral.

Além disso, sabemos que a prática da autonomia só é possível com democratização interna das IES. A universidade brasileira ainda mantém a mesma estrutura criada pela ditadura militar, com afrontas graves à democracia, como a existência de listas tríplices para eleição de gestores nas universidades federais e em quase todas as universidades estaduais.

Nas universidades, estudantes e técnicos-administrativos estão sub representados nos fóruns de deliberação. Segundo a LDB, esses fóruns devem ter representação obrigatória de, pelo menos, 70% de professores. É necessário repensar o funcionamento dos órgãos colegiados, garantindo a ampliação da presença de estudantes e servidores técnico-administrativos e o desenvolvimento de outras formas de participação para além destes órgãos.

- **Fim da lista tríplice, com eleições diretas de toda comunidade acadêmica de forma paritária.**
- **Criação de estruturas administrativas nas IES destinadas ao mapeamento e combate das práticas de violência racista, sexista, lgbtfóbicas.**
- **Liberdade de organização estudantil e sindical, com fiscalização do cumprimento deste princípio, em especial nas universidades pagas.**
- **Criação de instâncias nas universidades privadas onde se decida em conjunto com a comunidade acadêmica os rumos administrativos, financeiros e acadêmicos da instituição.**
- **Alteração da LDB na porcentagem de representatividade dos órgãos gestores**
- 

## **6 - FINANCIAMENTO**

A recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior deve estar no centro do desenvolvimento nacional, por isso, é necessário avançar cada vez mais. As nossas universidades ainda sofrem as consequências dos cortes de verbas, do sucateamento estrutural e dos ataques promovidos pelos governos nos últimos seis anos de Temer e Bolsonaro. Já no ano de 2022, as IFES registraram o menor

orçamento desde 2013, conforme pesquisa do Centro de Estudos 'Sociedade, Universidade e Ciência', da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Quanto às verbas para investimentos, o ano de 2021 registrou o menor índice da série histórica, iniciada no ano 2000.

Diante do estrago promovido pelo projeto de destruição da soberania nacional, nas universidades, a retomada de um horizonte positivo para a educação exige um grande esforço de recuperação do protagonismo do Estado nas instituições. **Para romper com esta realidade, é fundamental a garantia de uma política de Estado para o financiamento de forma perene, estável e independente das políticas de governo.** Defendemos também que esse orçamento seja global, garantindo a flexibilidade na execução orçamentária e autonomia da universidade. É por isso que lutamos historicamente para a destinação de mais 10% do PIB, 50% do Fundo-social e 75% dos royalties do pré-sal para educação pública, já conquistada parcialmente, mas que é necessário que se efetive.

Do mesmo modo, o influxo de capital estrangeiro na educação superior privada, muitas vezes resulta em uma priorização de interesses comerciais em detrimento da qualidade educacional e do acesso equitativo. Restringir esse capital estrangeiro é fundamental para preservar a autonomia das instituições e garantir um ensino de qualidade alinhado com as necessidades do povo. Ao mesmo tempo que abrir espaço para a burguesia nacional investir nas universidades também não é a saída. Por isso, precisamos apresentar alternativas de financiamento baseadas no rompimento com o capital financeiro e com os bancos, como a auditoria da dívida pública, que consome quase 50% do orçamento da união a taxação das grandes fortunas e a revogação do novo arcabouço fiscal que, além de tudo, limita os investimentos na educação.

Está na ordem do dia das prioridades o restabelecimento das conquistas históricas que foram desmanteladas pela sanha neoliberal e anti-povo daquele período, com retomada do orçamento, investimentos robustos e valorização da educação e da produção científica e tecnológica. Não existe Brasil do futuro sem uma universidade pública forte e com a cara de seu povo!

- **Auditoria da dívida pública e o fim do novo arcabouço fiscal**

- **Educação não é gasto, é investimento! Pelo fim dos cortes no orçamento das universidades públicas e recomposição orçamentária já!**
- **Alteração do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a retirada definitiva da proposta de DÉFICIT ZERO.**
- **Retomada dos patamares históricos do orçamento das universidades e institutos federais.**
- **Pela garantia de orçamento para as universidades estaduais nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) dos Estados.**
- **Ampliação do orçamento das agências de fomento públicas, como potencializadoras de permanência estudantil e de desenvolvimento técnico-científico do Brasil.**
- **Implementação imediata dos 10% do PIB, 50% do Fundo-social do pré -sal para educação pública.**
- **Restrição do capital estrangeiro na educação superior privada.**

## **7 - ENSINO À DISTÂNCIA**

A ascensão latente do Ensino à Distância (EAD) no Brasil, evidenciada pelo surpreendente aumento de 474% no número de ingressantes desde 2021, demanda uma urgente reflexão sobre a necessidade imediata de sua regulamentação. Tal fenômeno espelha a realidade de uma juventude compelida a adentrar no mercado de trabalho desde cedo, visando assegurar sua própria subsistência.

Neste contexto, a regulamentação do EAD se apresenta como um imperativo para a construção de uma reforma universitária genuína e inclusiva. As instituições de ensino privadas, que atualmente operam nesta modalidade, muitas vezes se utilizam disso para baratear os próprios custos, precarizando a educação oferecida, sem qualquer comprometimento com a qualidade do ensino ofertado, carecendo de um arcabouço normativo que promova a qualidade e a equidade no acesso ao conhecimento.

Ao regulamentar o EAD, em especial nas universidades pagas, o país não apenas amplia o acesso à educação superior, mas também oferece uma oportunidade ímpar de revitalização para as universidades. Proporcionar diretrizes claras, parâmetros para quais cursos podem ser oferecidos na modalidade e exigências de qualidade elevará o padrão do ensino a distância, permitindo que as instituições alcancem um nível de excelência que beneficie não só os estudantes, mas também a sociedade como um todo.

É necessária a equiparação do modelo privado de ensino a distância ao modelo ofertado nas instituições públicas, como a UNIVESP, e isso implica em garantir padrões de qualidade, acessibilidade e inclusão social similares. Isso pode ser alcançado através da implementação de políticas regulatórias que estabeleçam critérios rigorosos para a oferta de cursos a distância, incluindo a qualificação dos professores, infraestrutura tecnológica adequada e suporte aos estudantes.

- **Regulamentação do Ensino a Distância**
- **Padronizar a modalidade a distância, garantindo a mesma qualidade oferecida nas instituições privadas e públicas.**

## **8 - REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO PRIVADO**

O Ensino Superior Privado, que concentra cerca de 80% das matrículas no país, merece atenção especial. Apesar da ampliação das políticas de acesso nas universidades públicas, é nas instituições privadas que as camadas populares mais marcam presença, seja pagando altas mensalidades ou através do FIES ou ProUni, programas que, embora tenham possibilitado a democratização do ensino superior, apresentam contradições e limitações. Para que estes programas sigam promovendo a transformação social no país a partir da educação, é necessário que a oferta de vagas nessas modalidades pelas universidades seja vinculada a critérios de qualidade aliada à uma ampla fiscalização a fim de verificar as condições e afastar a precarização do ensino. Hastear ainda mais alto a bandeira contra os tubarões da educação - grandes conglomerados formados por grupos educacionais internacionais de capital aberto é imperativo para a garantia do ensino ofertado aos estudantes da rede privada. É imperativo, ainda, avançar em uma nova política que estabeleça a proporção entre vagas no ensino superior público e privado, de modo a combater as disparidades existentes e pressionar pela necessária ampliação democrática do ensino superior público, também é preciso combater a compra e venda desenfreada de instituições de ensino ao capital estrangeiro e à grupos especulativos.

Ainda no ensino superior privado, de modo geral, imperam dois principais problemas: a baixa qualidade e as altas mensalidades, que ocasionam altos índices de evasão. Para garantir a existência de critérios de qualidade e de garantia de direitos aos estudantes, além de uma forte orientação social, é fundamental que a UNE

intensifique a luta pela regulamentação do Ensino Superior Privado, avançando nas lutas, como o fim dos 40% online em cursos presenciais e os aumentos abusivos de mensalidades, além de critérios básicos sobre a qualidade para o fomento de políticas como o ProUni, e FIES, com formulação de políticas de assistência estudantil para as universidades privadas. Sendo necessário também a valorização dos profissionais da educação que são atingidos com a proposta de ensino.

Deste modo precisamos falar também sobre o formato mais comum de ofertas de bolsas nas IES privadas, as bolsas CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social) são benefícios concedidos a instituições de ensino privadas que atendem a critérios específicos de assistência social, visando isenção de alguns impostos. No entanto, as universidades fracionam a oferta de bolsas em benefícios de 20%, 40%, 50% de desconto para milhares de estudantes enquanto alegam ofertar bolsas integrais. Regular o formato dessas bolsas é essencial para evitar que instituições de ensino privadas as utilizem de má fé, garantindo que sejam concedidas apenas a instituições que genuinamente atendam aos requisitos estabelecidos, incluindo o critério de qualidade, e que os benefícios sejam direcionados para promover o acesso à educação de excelência e a inclusão social, conforme sua finalidade original.

- **Proibição do capital estrangeiro na composição das universidades brasileiras;**
- **Garantia da implementação do tripé da educação: ensino, pesquisa e extensão**
- **Criação de conselhos de administração democráticos; eleitos diretamente e com participação discente paritária;**
- **Padronização das mensalidades, com tetos, evitando aumentos abusivos;**
- **Controle rígido das disciplinas realizadas na modalidade EAD, fim dos 40% obrigatório nos cursos presenciais;**
- **Criação do INSAES;**
- **Padronização de documentação necessária para matrícula para os programas de acesso;**
- **Regulamentação de taxas abusivas cobradas para serviços específicos, como obter comprovante de matrícula;**
- **Regulação das bolsas CEBAS.**

## **9 - INFRAESTRUTURA**

Não se pode conceber uma universidade de qualidade se a infraestrutura for precária. Neste ponto, é necessário enfatizar a necessidade de melhoria de infraestrutura do conjunto das universidades, sobretudo nos campus de interior e nas supernovas, que muitas vezes utilizam espaços do município que não são adequados ao ambiente universitário.

Nas universidades federais, a infraestrutura ainda apresenta limitações. Em que pese terem sido construídas dezenas de novas universidades e ampliado diversos campus, muitos deles não foram concluídos. Faz-se necessário um Plano de Consolidação da Expansão das Universidades Federais, que preze pela conclusão das obras inacabadas desde o REUNI e pela qualificação dos espaços pré-existentes.

Nesse sentido, é imprescindível pautarmos a valorização da interiorização a partir da construção de uma nova política de expansão, como o Reuni, debatendo a ampliação de mais espaços de pesquisas e aulas práticas, laboratórios, restaurantes universitários e residências estudantis. Compreendendo a necessidade de manutenção das estruturas existentes.

Além disso, as instituições de ensino superior privadas enfrentam desafios estruturais que impactam diretamente a qualidade do ensino oferecido, com prédios em más condições, falta de laboratórios e espaços acadêmicos, espaços de convívio estudantil e tantas outras demandas necessárias para garantia de uma estrutura adequada em uma universidade.

- **A retomada das construções inacabadas das universidades e institutos federais;**
- **Qualificação e manutenção dos espaços existentes;**
- **Criação de um programa nacional para garantir acessibilidade nas universidades.**

## **10 - EXTENSÃO**

A extensão é uma forma de compartilhar o conhecimento e aprendizado a partir da realidade que possibilitem a transformação social. Em outras palavras, é através da extensão que o estudante conhece na prática um mundo muitas vezes distante dos livros e dos laboratórios, criando a oportunidade de questionar saberes já estabelecidos, gerar novos conhecimentos e adquirir a experiência necessária para

enfrentar os desafios do mundo do trabalho. Ademais, é por meio deste eixo do tripé universitário que a instituição absorve os conhecimentos, tradições e necessidades da população da localidade em que a universidade em si ou os estudantes que a frequentam estão inseridos.

Esta indissociação da pesquisa-ensino com as ações extensionistas confere um processo dialético de construção do conhecimento que une academia e população e possibilita a criação ou a manutenção de saberes que rompem com as formas opressoras de organização social, ligadas em muitos aspectos às opressões de classe, gênero, etnia, orientação sexual e formação cultural.

Destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o programa de Residência Pedagógica, ambos suportados pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). Estas ações integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, durante seu curso.

No entanto, o financiamento da extensão no país ainda é precário, faz-se necessário pautar a ampliação dos recursos para extensão de modo que contemple a diversidade de ações e projetos existentes nas universidades e institutos de ensino superior como a ampliação das linhas de fomento, assim como há no âmbito da pesquisa, e a ampliação dos recursos das pró-reitorias de extensão nas universidades. As bolsas vinculadas aos Projetos de Extensão precisam ser rigorosamente pagas aos estudantes devido sua relevância para o desenvolvimento do país e a necessidade de segurança financeira aos extensionistas. A garantia de recursos é fundamental neste novo momento que a extensão vive.

Além disso, o processo de curricularização da extensão, já executado em diversas universidades brasileiras, precisa passar por uma avaliação cautelosa, de observação de quais são os limites da extensão e até onde não houveram distorções no debate, como, por exemplo, utilizar a curricularização como mais uma disciplina para os estudantes apresentarem horas extras de atividades que não dialogam com a população. A curricularização deve atuar no sentido dialógico da extensão, na criação de relações orgânicas com movimentos sociais, comunidades tradicionais, fazedores

culturais e outros setores da sociedade e na construção de conhecimentos baseada na troca de saberes, contribuindo de um lado para a solução de problemas sociais e de outro para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa baseados nas diferentes realidades. A universidade precisa aproveitar da extensão como ferramenta tecnológica e pedagógica para abrir suas portas e angariar força para sua defesa nos momentos que for preciso.

- **Ampliação dos recursos destinados à extensão, garantir o fomento da diversidade de ações e projetos;**
- **Estímulo à Extensão Popular;**
- **Criação de Conselhos de Extensão nas Universidades, a fim de monitorar e avaliar os processos de curricularização da extensão.**

## **11- CULTURA**

A história do nosso Brasil é contada e vivenciada através da diversidade cultural que se espalha em cada região, estado e município. Logo, ao pensarmos na construção do projeto da Universidade que queremos, é crucial o entendimento de que o espaço acadêmico também é território cultural. Por isso, precisamos incentivar atividades que possam abrir os portões das Universidades para que, através da cultura, a população possa adentrar e ocupar.

Em 1962, como forma de resistência à repressão da ditadura militar, a União Nacional dos Estudantes fundou o Centro Popular de Cultura que utilizou a arte, a música, o teatro e outros equipamentos culturais na disputa ideológica e, assim, conscientizar o povo e a classe estudantil para lutar contra as ameaças à democracia e à constituição. Hoje, forjados pela memória e pela resistência, entendemos que nosso projeto precisa acompanhar a construção de um planejamento cultural que valorize a cultura dentro da política extensionista e democratize espaços.

Práticas culturais são ensinadas em sala de aula e estas também são vistas nos trabalhos acadêmicos dos pesquisadores e pesquisadoras que fomentam a ciência no Brasil. A nossa Reforma Universitária percebe a cultura como um pilar que constitui a Universidade. Se é por meio do Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão que a prática universitária é exercida, a cultura é um dos elementos que o atravessa e, por isso, não



é possível pensar em uma universidade na qual a cultura não esteja presente em seus aspectos sociais e políticos. Precisamos garantir que a realização das atividades culturais nas universidades não se restrinja apenas ao corpo acadêmico, mas que possibilite a comunidade acessar e desfrutar da estrutura desse espaço público.

Por fim, é necessário entender que a universidade brasileira não cabe apenas dentro das salas de aula. Nós não apoiamos as portarias universitárias que nos restringem de usar um espaço público para a realização de calouradas e festas que fortalecem o movimento estudantil, garantindo o financeiro para realização de atividades dos CA's, DA's e DCE's; além de que também movimentam a economia da comunidade dos arredores da Universidade. Vale ressaltar que essas restrições são motivadas por problemas de infraestrutura e segurança nos campus estudantis. Acreditamos que, para solucionar essa questão, é preciso dialogar com o corpo acadêmico a fim de que a cultura estudantil não seja proibida de maneira arbitrária.

- **Regulamentação das festas e calouradas universitárias, atreladas a políticas universitárias de combate ao assédio e outras violências nesses ambientes;**
- **Ampliação de bolsas de pesquisa e extensão relacionadas a Cultura**
- **Desburocratização e democratização dos espaços públicos para realização das atividades culturais**

## **12 - PESQUISA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

A universidade brasileira é estruturada na tríade ensino-pesquisa-extensão. Apenas com esses três em pleno funcionamento, vamos conseguir alcançar a função social da universidade que é contribuir para o desenvolvimento regional e nacional. Entretanto, apesar dessa instituição executar serviços importantes para a sociedade, os principais projetos de pesquisas e extensão foram esvaziados pelos últimos seis anos de agenda neoliberal. É preciso estarmos unidos para defender a universidade brasileira em sua completude.

A educação superior é responsável por mais de 80% da ciência produzida no Brasil, através de milhares de estudantes de iniciação científica. De norte a sul do país,

temos jovens produzindo ciência da mais alta qualidade, a partir de um dos maiores programas de iniciação científica do mundo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq).

Além disso, grande parte das pesquisas e tecnologias produzidas nas universidades pagas tem como financiamento principal o capital estrangeiro, advindo de empresas ou universidades internacionais que patenteiam as produções científicas dessas instituições.

Hoje existe uma grande intenção do capital estrangeiro de investir dentro das nossas universidades, obviamente sem nenhuma pretensão das pesquisas feitas serem para o desenvolvimento regional e social, tendo somente uma visão mercantilizada do que for produzido. É urgente que tudo que se produza dentro das universidades brasileiras seja de patente pública e sirva de fato para o desenvolvimento do nacional.

- **Fortalecimento das instituições de pesquisa científica e tecnológica para a execução de projetos estratégicos, como o CNPq;**
- **Ampliação e aperfeiçoamento do sistema de pós-graduação para formar recursos humanos voltados às necessidades de desenvolvimento tecnológico do país;**
- 

## **BOX: GARANTIR SOBERANIA COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

As universidades têm um papel fundamental na educação e conscientização da sociedade. Discutir as mudanças climáticas ajuda os estudantes a entender os desafios ambientais e a importância da ação. As universidades são centros de pesquisa, esse debate promove a pesquisa de soluções e inovações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

A universidade que queremos vai também além disso, precisamos que nossas instituições de ensino sejam pioneiras sendo auto-sustentáveis e que possam fazer sua transição energética com foco na sustentabilidade e desenvolvimento do nosso país. Dando relevância a segurança energética, justiça climática e soberania popular.

Além disso, a Amazônia está no centro do debate ambiental internacional. O Brasil, agora enfrenta desafios devido à política ambiental desastrosa do governo Bolsonaro. É urgente reconstruir a proteção da Amazônia, com políticas estratégicas para garantir a soberania e a preservação da região.

Com isso em mente, defendemos a criação de uma Universidade da Integração Amazônica, uma universidade temática e internacional como a principal ferramenta para a construção dessa política, a partir do fomento de educação, pesquisa, ciência e tecnologia voltadas para a biodiversidade da Floresta Amazônica e a inclusão e participação dos povos inseridos nela e vizinhos.

Se avançarmos em compreender que há uma elo fundamental entre riquezas naturais e ciência e tecnologia, poderemos guiar importantes saltos tecnológicos para o desenvolvimento sustentável.